

Bruxelas, 7 de Maio de 2008

A Comissão recomenda a revogação dos procedimentos relativos aos défices excessivos para a Itália, Portugal, a República Checa e a Eslováquia

A Comissão Europeia recomendou hoje ao Conselho a revogação dos procedimentos relativos aos défices excessivos (PDE) para a Itália e Portugal, uma vez que os seus défices orçamentais respectivos passaram a ser inferiores a 3 % do PIB em 2007 e se prevê que se mantenham abaixo desse limiar em 2008 e em 2009. Assim, pela primeira vez desde 2002, nenhum dos Estados-Membros da zona euro tem as suas finanças públicas sujeitas à supervisão reforçada prevista na "vertente correctiva" do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A Comissão estabeleceu hoje que estão igualmente reunidas as condições para o encerramento dos PDE relativos à República Checa e à Eslováquia, o que, para o segundo destes Estados-Membros, elimina um entrave à adopção do euro (ver também o comunicado de imprensa IP/08/715). Partindo do princípio de que o Conselho irá dar seguimento a essas recomendações, só dois países (Polónia¹ e Hungria) continuarão a estar sujeitos a um PDE, contra 12 Estados-Membros na Primavera de 2006 – momento em que se verificou o maior número de Estados-Membros submetidos a um PDE.

¹ O défice na Polónia diminuiu para 2 % em 2007 e as previsões da Primavera da Comissão – ver IP/08/649 – indicam que se irá provavelmente manter abaixo dos 3 %, mas antes de analisar a eventual revogação do respectivo procedimento, a Comissão ainda terá de avaliar o Programa de Convergência da Polónia.

"A "vertente correctiva" do Pacto está a funcionar e a funcionar bem. Os défices não só foram corrigidos, a tal ponto que já nenhum país da área do euro se encontra actualmente sob supervisão reforçada, como estão a ser corrigidos através de medidas estruturais ambiciosas", declarou Joaquin Almunia, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Monetários. O Comissário afirmou ainda: "A Itália deve aproveitar os resultados de 2007 para tentar alcançar o equilíbrio orçamental tão cedo quanto possível e para diminuir de forma sustentada o seu défice nacional, de modo a libertar recursos que permitam estimular o crescimento. Portugal merece ser elogiado por ter corrigido o seu défice um ano antes do programado e deve ser encorajado a continuar com o processo de ajustamento orçamental e as reformas estruturais, de modo a criar mais crescimento e emprego. Em relação à República Checa, embora se preveja uma contracção do défice das administrações públicas para níveis historicamente baixos, deve ser intensificado o esforço de reforma, nomeadamente no que respeita às pensões e aos cuidados de saúde, já que a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas continua a estar sujeita a um risco elevado. A Eslováquia deverá mostrar-se mais ambiciosa em termos de consolidação orçamental, dado o forte crescimento de que tem vindo a usufruir. Esse aspecto assume particular importância tendo em conta a sua prevista adesão à União Económica e Monetária".

ITÁLIA

A Comissão Europeia recomendou hoje que o Conselho de Ministros das Finanças da UE (Ecofin) encerrasse o procedimento relativo à Itália, uma vez que considera que a situação de défice excessivo foi corrigida de forma credível e sustentável.

O défice italiano baixou de 3,4 % do PIB em 2006 para 1,9 % em 2007. O resultado de 2007 é também muito inferior ao projectado, graças aos resultados melhores do que os esperados em 2006, não contando com as despesas não recorrentes, e à efectiva aplicação das medidas de correcção adoptadas pelo Governo. Posto isto, os resultados poderiam ter sido ainda melhores não fora o aumento de certas despesas, principalmente sob a forma de transferências sociais e de despesas de capital.

Em 2007, a Itália beneficiou de um aumento das receitas do Estado em 1,2 pontos percentuais (pp) do PIB, impulsionado por grandes aumentos da cobrança de impostos sobre o rendimento, tanto das pessoas individuais como colectivas, devidos principalmente a um alargamento das bases fiscais. A proporção das despesas primárias em relação ao PIB diminuiu em 2007 perto de $\frac{3}{4}$ pp do PIB em relação a 2006, enquanto que as despesas totais diminuíram um pouco menos, cerca de $\frac{1}{4}$ pp, devido ao aumento das despesas com pagamento de juros.

A melhoria do saldo estrutural (corrigido das variações cíclicas e líquido de medidas extraordinárias e outras medidas temporárias) foi estimada em $1\frac{1}{4}$ pp do PIB em 2007. No período de 2006-2007, a correcção do défice estrutural ascendeu a 3 pp do PIB, ultrapassando por uma margem confortável o mínimo de 1,6 pp exigido na Recomendação do Conselho de Julho de 2005.

De acordo com as previsões de Primavera da Comissão, as projecções apontam para um aumento do défice para 2,3 % do PIB em 2008, devido a um menor crescimento do PIB em termos reais e também a certas medidas de carácter orçamental. Está projectado um aumento do défice estrutural em cerca de $\frac{1}{3}$ pp do PIB, comparando com 2007. No pressuposto de políticas inalteradas, existe um risco associado às previsões orçamentais para 2008 que decorre dos processos pendentes perante os tribunais no que respeita à não-dedutibilidade do imposto regional sobre as actividades produtivas (IRAP). Existem ainda alguns riscos associados às previsões de crescimento económico.

Para 2009, e com base no habitual pressuposto de políticas inalteradas, a previsão para o défice é de 2,4 % do PIB, com um crescimento do PIB em termos reais de 0,8 %. Este modesto aumento resulta de receitas fiscais em queda, em particular no respeitante imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, no seguimento tanto de medidas discricionárias como de uma desaceleração do ciclo económico.

Em 2007, o rácio dívida/PIB desceu 2 $\frac{1}{2}$ pp, passando para 104 %. No entanto, dado que se prevê uma quebra do excedente primário em 2008 e que ainda não foram anunciadas medidas para a sua recuperação a médio prazo, no pressuposto de políticas inalteradas, o rácio da dívida só deverá diminuir ligeiramente em 2008 e 2009, mantendo-se acima dos 100 %.

Esta evolução orçamental indica que o défice foi reduzido para um nível inferior ao valor de referência de 3 % do PIB de forma credível e sustentável. A Itália deverá, contudo, manter-se na via da consolidação orçamental. No seu parecer sobre a actualização de Novembro de 2007 do Programa de Estabilidade, o Conselho convidou a Itália a reforçar os seus objectivos orçamentais para 2008 e a prosseguir a consolidação orçamental prevista, de modo a assegurar a realização de progressos adequados em direcção ao seu objectivo de médio prazo (OMP), por forma a atingi-lo até 2011.

O PDE da Itália foi lançado em Junho de 2005.

PORTUGAL

A Comissão recomendou hoje que o Conselho Ecofin encerrasse também o procedimento para Portugal, um ano antes do prazo de 2008 definido na sua recomendação de 2005.

Num contexto de crescimento económico baixo, mas que tem vindo a melhorar gradualmente (0,9 % em 2005, 1,3 % em 2006 e 1,9 % em 2007), o défice foi reduzido de 6,1 % do PIB em 2005 para 2,6 % do PIB em 2007.

Essa correcção foi conseguida sobretudo graças a medidas de consolidação estrutural, que passaram tanto pela redução das despesas (em quase 2 pp do PIB entre 2006 e 2007) como pelo aumento das receitas. Esta evolução é reflexo das reformas do regime de pensões, bem como da diminuição dos subsídios de desemprego e dos custos do emprego público e do investimento público, no lado da despesa. As receitas, por seu lado, cresceram graças ao aumento em 2 pp da taxa normal do IVA, para 21 %, a aumentos discricionários das taxas de outros impostos e a ganhos decorrentes de melhorias na administração e no cumprimento das obrigações fiscais.

O défice estrutural diminuiu 3 pp do PIB, de 5 $\frac{1}{4}$ % do PIB em 2005 para 2 $\frac{1}{4}$ % em 2007, resultado que ultrapassa o que o Conselho havia recomendado em 2005.

Atendendo a que as previsões de Primavera da Comissão apontam para um crescimento do PIB de 1,7 % este ano, é de esperar que o défice venha a diminuir para 2,2 % do PIB em 2008. Apesar da diminuição em 1 pp da taxa normal do IVA, que entrará em vigor em Julho de 2008, as previsões apontam para que as receitas fiscais cresçam mais rapidamente do que o PIB nominal, devido a um maior cumprimento das obrigações fiscais e também a medidas discricionárias. O rácio despesas/PIB deverá manter-se estável. No pressuposto de políticas inalteradas, prevê-se que o défice aumente em 2009 para 2,6 % do PIB, como reflexo do impacto do primeiro ano completo de redução da taxa do IVA e da eventual diminuição das receitas decorrente de um crescimento económico mais lento. O actual panorama, com uma incerteza maior do que o normal em relação à evolução da situação económica e financeira, acarreta também alguns riscos para as finanças públicas.

Prevê-se que o saldo estrutural melhore em ¼ pp do PIB em 2008, mas diminua na mesma proporção em 2009, para se estabelecer no nível de 2,2% do PIB.

A dívida bruta das administrações públicas diminuiu para 63,6 % do PIB em 2007, contra 64,7 % no ano anterior, mas prevê-se que volte a aumentar para 64 % em 2008 e para 64 ¼ % em 2009, perante um cenário de baixas taxas de crescimento e de défices que continuam a ser relativamente elevados.

Em termos gerais, estes valores indicam que o défice foi reduzido para um nível inferior ao valor de referência de 3% do PIB de forma credível e sustentável, mas mostram que Portugal deve prosseguir na via da consolidação orçamental e, tal como recomendado pelo Conselho no seu recente parecer sobre o Programa de Estabilidade, procurar alcançar o objectivo de um défice estrutural de 0,5 % do PIB até 2010.

O PDE de Portugal foi lançado em Junho de 2005.

REPÚBLICA CHECA

Fora da área do euro, a Comissão recomendou o encerramento do procedimento para a República Checa, igualmente um ano antes do prazo de 2008 que havia sido definido pelo Conselho.

O défice nominal atingiu 1,6 % do PIB em 2007, contra 3,6 % do PIB em 2005. A consolidação orçamental dos últimos anos resulta de receitas melhores do que as esperadas, impulsionadas por níveis de emprego e de crescimento económico superiores aos previstos. Algumas medidas adoptadas do lado da despesa contribuíram também para esta situação.

As previsões de Primavera da Comissão prevêem que o défice continue a cair, atingindo 1,4 % do PIB em 2008 e, no pressuposto de políticas inalteradas, 1,1 % em 2009. Esse resultado deve-se ao "pacote de estabilização" que entrou em vigor no início de 2008, nos termos do qual a carga fiscal global foi transferida da tributação directa para a tributação indirecta, tendo sido dada continuidade à contenção das despesas. Prevê-se que esse processo resulte numa redução do défice em cerca de 0,3 % do PIB tanto em 2008 como em 2009.

O défice estrutural deverá melhorar e atingir cerca de 2 % do PIB em 2008, contra 2 ¼ % em 2007.

A dívida bruta das administrações públicas baixou de 29,4 % do PIB em 2006 para 28,7 % do PIB em 2007, muito abaixo do valor de referência de 60 % do PIB, e está previsto que ainda continue a baixar.

Os valores mostram que o défice foi reduzido para um nível inferior ao valor de referência de 3 % do PIB de forma credível e sustentável. A República Checa deve, contudo, continuar os seus esforços de reforma, nomeadamente no que respeita ao regime de pensões e aos cuidados de saúde, tendo em conta o aumento das despesas ligadas ao envelhecimento demográfico, que representa um risco elevado para a sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo. No seu recente parecer sobre o Programa de Estabilidade, o Conselho convidou a República Checa a explorar a elevada taxa de crescimento da sua economia para reforçar o ritmo do seu ajustamento orçamental e para criar uma margem de segurança contra a possibilidade de ultrapassagem do valor de referência, por forma a atingir o seu OMP, ou seja, um défice estrutural de 1 % do PIB, o mais tardar até 2012.

O PDE da República Checa foi lançado em Maio de 2004, aquando da adesão à UE.

ESLOVÁQUIA

Por último, a Comissão recomendou também o encerramento do procedimento para a Eslováquia.

O défice das finanças públicas baixou de 3,6 % do PIB em 2006 para 2,2 % em 2007.

A consolidação orçamental tem sido impulsionada na Eslováquia por um PIB em alta e pelo crescimento do emprego e dos rendimentos. A contenção e as reformas ao nível das despesas, nomeadamente restrições substanciais das prestações sociais, também tiveram alguma influência.

Em 2006, o défice sofreu uma deterioração significativa, parcialmente devida à introdução do segundo pilar (sistemas de pensões de reforma por capitalização) em 2005, estimando-se que as transferências tenham aumentado de 0,8 % do PIB em 2005 para 1,2 % e para 1,3 % em 2006 e 2007, respectivamente. Acresce ainda o facto de o aumento dos impostos sobre o tabaco - cujo anúncio levou a um açambarcamento em grande escala - ter originado receitas fiscais adicionais em 2003, 2005 e 2007, seguidas das quebras de receitas correspondentes.

De acordo com as previsões da Primavera, o défice deverá cair ainda mais por forma a atingir 2,0 % do PIB em 2008, no seguimento de diversas medidas que resultam num aumento das receitas. Em 2009, no pressuposto de políticas inalteradas, o défice deverá voltar a aumentar para 2,3 % do PIB.

A dívida bruta das administrações públicas baixou para 29,4 % do PIB em 2007, bem abaixo do valor de referência de 60 % do PIB, e está previsto que se mantenha geralmente estável num futuro previsível e no pressuposto de políticas inalteradas.

Estes valores mostram que o défice eslovaco foi reduzido para um nível inferior ao valor de referência de 3 % do PIB de forma credível e sustentável. Está prevista, contudo, uma nova diminuição do saldo estrutural em ¼ % do PIB em 2008 e, no pressuposto de políticas inalteradas, em mais ¼ pp em 2009. Essa tendência é contrária às exigências do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que indica especificamente que os países da área do euro e do MTC II devem alcançar uma melhoria anual do saldo estrutural em 0,5 % do PIB, enquanto valor de referência, e uma melhoria ainda maior em períodos economicamente favoráveis. A Eslováquia deverá aproveitar o forte crescimento económico de que tem vindo a beneficiar para reduzir o seu défice mais depressa do que o previsto com vista a alcançar o seu OMP, um défice estrutural ligeiramente inferior a 1 % do PIB. No seu parecer sobre a mais recente versão do Programa de Estabilidade, o Conselho encorajou a Eslováquia a ser mais ambiciosa, de modo a alcançar esse objectivo em 2010.

O PDE da Eslováquia foi lançado em 2004, aquando da adesão à UE.

Países que continuam sujeitos a um PDE

Se, como se espera, o Conselho de Junho revogar os procedimentos para a Itália, Portugal, a República Checa e a Eslováquia, será a primeira vez desde 2002 que nenhum dos Estados-Membros da área do euro estará sujeito a um PDE. No que respeita aos dois países restantes, a Polónia e a Hungria, os prazos para a correcção da situação eram 2007 e 2009, respectivamente. A Polónia apresentou em Março, após a mudança de Governo, uma nova actualização do seu Programa de Convergência, que a Comissão deverá avaliar até Junho. Perante o resultado obtido em 2007, um défice de 2,0 % do PIB, e à luz da presente avaliação e das previsões de Primavera, a Comissão poderá vir a recomendar também o encerramento do PDE da Polónia.

O Conselho encerrou os PDE para a França, Alemanha, Grécia, Malta e Reino Unido em 2007. O procedimento relativo a Chipre foi encerrado em 2006 e o procedimento para os Países Baixos em 2005.

O texto das avaliações da Comissão para a Itália, Portugal, República Checa e Eslováquia podem ser consultados no seguinte endereço:

http://ec.europa.eu/economy_finance/thematic_articles/article12538_en.htm

Os quadros a seguir apresentados mostram as projecções orçamentais destes quatro países, tal como constam das previsões económicas da Primavera de 2008 da Comissão, publicadas em 28 de Abril.

ITALY

Budgetary developments, 2003-2009

<i>% of GDP, unless indicated otherwise</i>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
General government balance	-3.5	-3.5	-4.2	-3.4	-1.9	-2.3	-2.4
- Total revenues	44.8	44.2	43.8	45.4	46.6	46.4	46.4
- Total expenditure	48.3	47.7	48.0	48.8	48.5	48.7	48.7
<i>Of which: interest expenditure</i>	5.1	4.7	4.5	4.6	5.0	4.9	4.9
<i>gross fixed capital formation</i>	2.5	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4
One-off and temporary measures	1.7	1.3	0.6	-0.4	-0.2	0.1	0.0
Structural balance⁽¹⁾	-5.1	-4.7	-4.5	-2.8	-1.5	-1.9	-1.6
Government gross debt	104.3	103.8	105.8	106.5	104.0	103.2	102.6
<i>Pm Real GDP growth (%)</i>	0.0	1.5	0.6	1.8	1.5	0.5	0.8

⁽¹⁾ Cyclically-adjusted balance excluding one-off and temporary measures

⁽²⁾ No-policy-change assumption

Sources: Eurostat and Commission services' spring 2008 forecast

PORTUGAL

Budgetary developments, 2005-2009

<i>% of GDP, unless indicated otherwise</i>	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
General government balance	-6.1	-3.9	-2.6	-2.2	-2.6
- Total revenues	41.6	42.4	43.1	43.6	43.3
- Total expenditure	47.7	46.3	45.7	45.7	45.9
<i>Of which: interest expenditure</i>	2.6	2.8	2.8	2.8	2.7
<i>gross fixed capital formation</i>	2.9	2.3	2.4	2.4	2.4
One-off and temporary measures	-0.1	0.0	0.1	0.2	0.0
Structural balance⁽¹⁾	-5.2	-3.2	-2.2	-1.9	-2.2
Government gross debt	63.6	64.7	63.6	64.1	64.3
<i>Pm Real GDP growth (%)</i>	0.9	1.3	1.9	1.7	1.6

⁽¹⁾ Cyclically-adjusted balance excluding one-off and temporary measures

⁽²⁾ No-policy-change assumption

Sources: Eurostat and Commission services' spring 2008 forecast

CZECH REPUBLIC

Budgetary developments, 2003-2009

<i>% of GDP, unless indicated otherwise</i>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
General government balance	-6.6	-3	-3.6	-2.7	-1.6	-1.4	-1.1
- Total revenues	40.7	42.2	41.4	41.0	40.8	40.7	40.7
- Total expenditure	47.3	45.2	44.9	43.6	42.4	42.2	41.8
<i>Of which: interest expenditure</i>	1.2	1.2	1.2	1.1	1.2	1.1	1.1
<i>gross fixed capital formation</i>	4.5	4.8	4.9	5.0	4.8	4.8	4.9
One-off and temporary measures	0.0	-0.7	-1.1	-0.2	0.0	0.0	0.0
Structural balance⁽¹⁾	-5.5	-1.3	-2.1	-2.9	-2.3	-1.9	-1.5
Government gross debt	30.1	30.4	29.7	29.4	28.7	28.1	27.2
<i>Pm Real GDP growth (%)</i>	3.6	4.5	6.4	6.4	6.5	4.7	5.0

⁽¹⁾ Cyclically-adjusted balance excluding one-off and temporary measures

⁽²⁾ No-policy-change assumption

Sources: Eurostat and Commission services' spring 2008 forecast

SLOVAKIA

Budgetary developments, 2003-2009

<i>% of GDP, unless indicated otherwise</i>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
General government balance	-2.7	-2.4	-2.8	-3.6	-2.2	-2	-2.3
- Total revenues	37.4	35.4	35.3	33.5	34.7	34.3	33.8
- Total expenditure	40.2	37.8	38.1	37.2	36.9	36.3	36.1
<i>Of which: interest expenditure</i>	2.5	2.2	1.7	1.5	1.4	1.4	1.4
<i>gross fixed capital formation</i>	2.6	2.4	2.1	2.2	1.9	1.9	1.9
One-off and temporary measures	-0.4	0.0	-0.9	0.0	-0.1	0.1	0.0
Structural balance⁽¹⁾	-1.4	-1.4	-1.0	-3.1	-2.6	-2.8	-3.1
Government gross debt	42.4	41.4	34.2	30.4	29.4	29.2	29.7
<i>Pm Real GDP growth (%)</i>	4.8	5.2	6.6	8.5	10.4	7.0	6.2

⁽¹⁾ Cyclically-adjusted balance excluding one-off and temporary measures

⁽²⁾ No-policy-change assumption

Sources: Eurostat and Commission services' spring 2008 forecast